

São Paulo já deve R\$ 68 bi, diz Nakano

por Vera Brandimarte e
Fábio Alves
de São Paulo
(Continuação da página A-1)

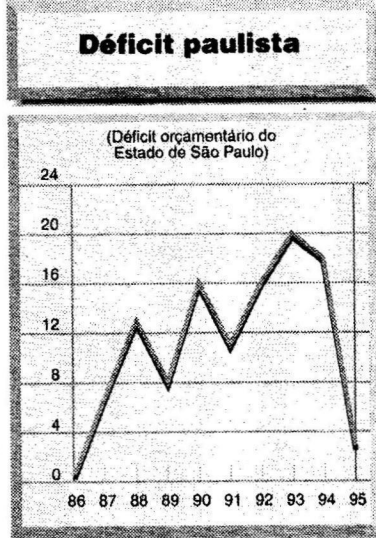
Para um estado cujo PIB é de US\$ 280 bilhões e a renda per capita é de US\$ 8 mil, esse investimento é um grão de areia no oceano.

A tesoura, agora, teria que se aprofundar mais e mais no tecido das empresas estatais, fundações e autarquias, que não vão sangrar sem reagir. Nakano, no entanto, parece estar pronto para enfrentar a reação.

Quer acabar com empresas como a Dersa, que, diz, foram criadas para captar recursos e construir estradas. Hoje, a Dersa administra pedágios e contratos de manutenção das rodovias. Mas quando o estado, por meio de contratos de concessão, está passando essas atribuições à iniciativa privada, a Dersa não tem mais razão de existir. O DER pode se incumbir de fiscalizar essas concessões.

Outras estatais que não estiverem no programa de privatização, como a Codasp, também terão que ser fechadas. E não está a salvo nem mesmo o reduto da "intelligentsia" paulista, como as três universidades públicas do estado ou as fundações, que, por reunirem a elite intelectual, têm fácil acesso à mídia e alto poder de fogo para contra-atacar.

Nakano está convencido de que a universidade gratuita é uma grave distorção. "Se o estacionamento nessas universidades fosse pago, a receita obtida provavelmente seria superior à de muitas secretarias de estado", diz ele, numa referência ao alto padrão aquisitivo dos estudantes, que em boa parte dispõem de carro próprio para chegar ao



campus. Os subsídios gastos com as três universidades chegam a R\$ 1,5 bilhão por ano.

O argumento de que a universidade gratuita é garantia do acesso à educação para as camadas mais pobres da população é rebatido pelo secretário. Um programa de bolsas de estudos para o estudante que comprovadamente viesse de família de baixa renda resolveria de forma mais eficaz o problema, diz ele. "O que não dá é um estado que não tem recursos para atender à crescente população de menores carentes nas ruas continuar subsidiando até a alimentação da alta classe média nos campus universitários", diz ele.

As baterias da Fazenda paulista estão igualmente assestadas contra as fundações, uma extensão dessas mesmas universidades. "As fundações representam interesses privados e corporativistas dentro do estado. As funções pú-

blicas importantes que deveriam executar não estão sendo cumpridas. Se eu quisesse, por exemplo, um trabalho da Fundap sobre reforma administrativa, ela me mandaria um orçamento para contratar pessoas para a pesquisa e ainda colocaria em cima um 'overhead' de 30%. O problema é que essas fundações são sustentadas pelo estado, porque geram receita própria insuficiente para cobrir despesas definidas de forma autônoma", afirma.

O estado, por exemplo, tem uma dívida a pagar de R\$ 320 milhões de INSS devido por suas autarquias, empresas e fundações. O dinheiro para que elas recolhessem o INSS foi repassado pelo estado, na conta das transferências intragovernamentais. Só que, diz Nakano, como elas têm autonomia para definir suas prioridades, não recolheram a contribuição, inclusive a parte descontada em folha de seus funcionários. Agora, cabe ao estado honrar esse compromisso.

A saída, diz Nakano, é mudar a legislação, para criar uma outra figura jurídica para as fundações. O ideal seria que elas gerassem sua própria receita e o estado, quando precisasse de seus serviços, as contrataria, com opção de comparar seu orçamento com o de outras instituições privadas.

No ano passado as chamadas transferências intragovernamentais – recursos repassados para empresas, fundações e autarquias – já foram cortadas em 15%, caindo para R\$ 6,28 bilhões. Nakano sabe que será difícil cortar mais, mas acha que este é o único espaço para enxugar as despesas. "Estou transferindo recursos pú-

blicos, de impostos indiretos – a receita do estado vem principalmente do ICMS –, para um grupo de pessoas com forte lobby para seus interesses corporativistas e salários e benefícios altos. Eles têm assistência médica superior à assegurada pela maior parte das empresas privadas. Chegam a gastar em plano de saúde o equivalente a R\$ 400 por funcionário, que é mais que a média dos salários dos funcionários da Secretaria da Fazenda, de R\$ 150, se excluídos os fiscais", disse.

Os salários dos empregados da administração direta, reconhece Nakano, são baixos, e por enquanto essa situação não deverá mudar. Os funcionários públicos podem se preparar para enfrentar

mais um ano sem reajuste de seus vencimentos. No ano passado, as despesas com pessoal cresceram 30%, basicamente em razão de aumentos obtidos na Justiça do Trabalho pelos funcionários da administração indireta e pelos reajustes concedidos pelo ex-governador Luiz Antônio Fleury Filho em seus últimos dias no Palácio dos Bandeirantes – de índices de até 118%, como os autorizados para a Polícia Militar. Por decisão do governo Covas, na administração direta só os professores da rede pública de ensino de 1º e 2º grau tiveram reajustes em 1995.

A reforma administrativa, se aprovada, deverá dar uma contribuição muito pequena para con-

ter a folha de pagamento. O item mais importante da reforma é o que limita os vencimentos a R\$ 8,5 mil. Esse item traria uma economia da ordem de R\$ 170 milhões, facilmente consumida por qualquer percentual mínimo de reajuste da massa de funcionários públicos, que tem um piso salarial de R\$ 150.

"Não posso demitir funcionários que têm estabilidade, não posso parar a máquina, tenho que aumentar investimentos e é difícil deixar de repassar dinheiro para as autarquias", diz o secretário. É por isso que ele se diz preparado para receber a artilharia pesada de interesses contrariados, principalmente na comunidade acadêmica.

Editoria de Arte/Gazeta Mercantil

Estado de São Paulo

(Balanço orçamentário 1994/1995 - em R\$ milhões de Dez/95)

	1994		1995		Variação (%)
	Valor	%	Valor	%	1994/1995
Receitas Correntes	18.094	65	23.069	82	27
Receita Tributária	17.187	62	20.730	73	21
Out. Receitas Correntes	907	3	2.339	8	158
Receitas de Capital	3.258	12	2.741	10	-16
Alienação de Bens	1.101	4	18	0	-98
Operações de Crédito	2.158	8	2.723	10	26
Transferências da União	1.506	5	1.700	6	13
Total da Receita	22.859	82	27.509	97	20
Déficit / (superávit)	4.970	18	791	3	-84
Total do Orçamento	27.829	100	28.300	100	2
Despesas Correntes	10.934	39	12.044	43	10
Pessoa - Adm. Direta	7.372	26	9.563	34	30
Custeio - Adm. Direta	3.562	13	2.481	9	-30
Sentenças Judiciais e outras	242	1	568	2	134
Serviço da Dívida	3.321	12	3.045	12	3
Investimentos	1.434	5	291	1	-80
Subtotal da Adm. Direta	15.931	57	16.307	58	2
Transf. Intragovernamentais (1)	7.359	26	6.289	22	-15
Transferências Correntes	3.992	14	3.557	13	-11
Transferências de Capital	3.367	12	2.732	10	-19
Autarquias/Fundações/Fundos	4.096	15	3.089	11	-25
Empresas	3.263	12	3.200	11	-2
Transf. Intergovernamentais	4.539	16	5.704	20	26
Total da Despesa	27.829	100	28.300	100	2

Fonte: Secretaria da Fazenda; deflator IGP-DI/FGV.
(1) Correntes + capital = empresas + autarquias/fundações/fundos.

Estado quer criar novo tributo

O governo de São Paulo está defendendo a criação de um novo tributo estadual para custear os investimentos. "Estamos administrando o estado com os recursos provenientes praticamente apenas de taxas e o IPVA, pois o ICMS está comprometido com as transferências para os municípios e o pagamento de pessoal", disse o secretário da Fazenda, Yoshiaki Nakano, durante um seminário promovido ontem para analisar os requisitos técnico-jurídicos que tornariam viável a criação da chamada "contribuição de melhoria".

O novo tributo seria cobrado dos beneficiários de obras públicas por terem seus imóveis valorizados. Os moradores de uma região por onde esteja sendo construída uma nova linha do metrô teriam suas propriedades valorizadas e pagariam a contribuição, o que ajudaria a financiar a conclusão da obra. O presidente da Associação dos Agentes Fiscais de Renda do Estado de São Paulo (Afresp), João Eduardo Carvalho, explicou que a quantificação do valor do tributo e o índice de valorização do imóvel seriam definidos após análises técnicas antes do início das obras. Uma comissão de representantes do poder público e de entidades civis ficaria responsável por fixar o valor do tributo e o período a ser cobrado.

"É preciso que o estado tenha autonomia para tributar novas bases, como a renda e a propriedade", disse Nakano. Caso contrário, explicou o secretário, não há como o estado fazer ajustes de despesas e uma reforma administrativa. "Mesmo com o ajuste monumental que fizemos no ano passado, de quinze pontos percentuais no déficit orçamentário, São Paulo continua na penúria porque o seu principal imposto, o ICMS, depende do nível de atividade econômica. E, numa recessão, os ajustes acabam não sendo a única saída", afirmou.

O estado tem poucos instrumentos para aumentar receita, comparativamente ao tamanho do problema. No ano passado, a receita tributária cresceu 21%, para R\$ 20,73 bilhões. Mas as obrigações do governo, como as transferências para municípios, aumentaram 26% e itens como sentenças judiciais cresceram 134%, alcançando R\$ 568 milhões.

Sentenças judiciais são as mais imprevisíveis despesas do estado. Em precatórios já vencidos, o estado deve R\$ 4,5 bilhões. Como a Justiça estabelece o pagamento de juros de 20% sobre o atraso, essa dívida neste ano já cresceu R\$ 1 bilhão. Há outros R\$ 4,4 bilhões de ações pendentes, para as quais ainda não venceu o prazo de noventa dias concedido pela Justiça ao estado.

"São as chamadas dívidas ocultas", em sua maior parte re-

ferentes a desapropriações que são questionadas pelos antigos proprietários, diz Nakano. Em geral, o estado sempre perde. Só da Paulipetro, diz ele, há oito ações judiciais, cujo valor original era de US\$ 86 milhões e hoje soma R\$ 500 milhões. A primeira delas o estado perdeu e foram bloqueados bens da Cesp no valor de R\$ 40 milhões.

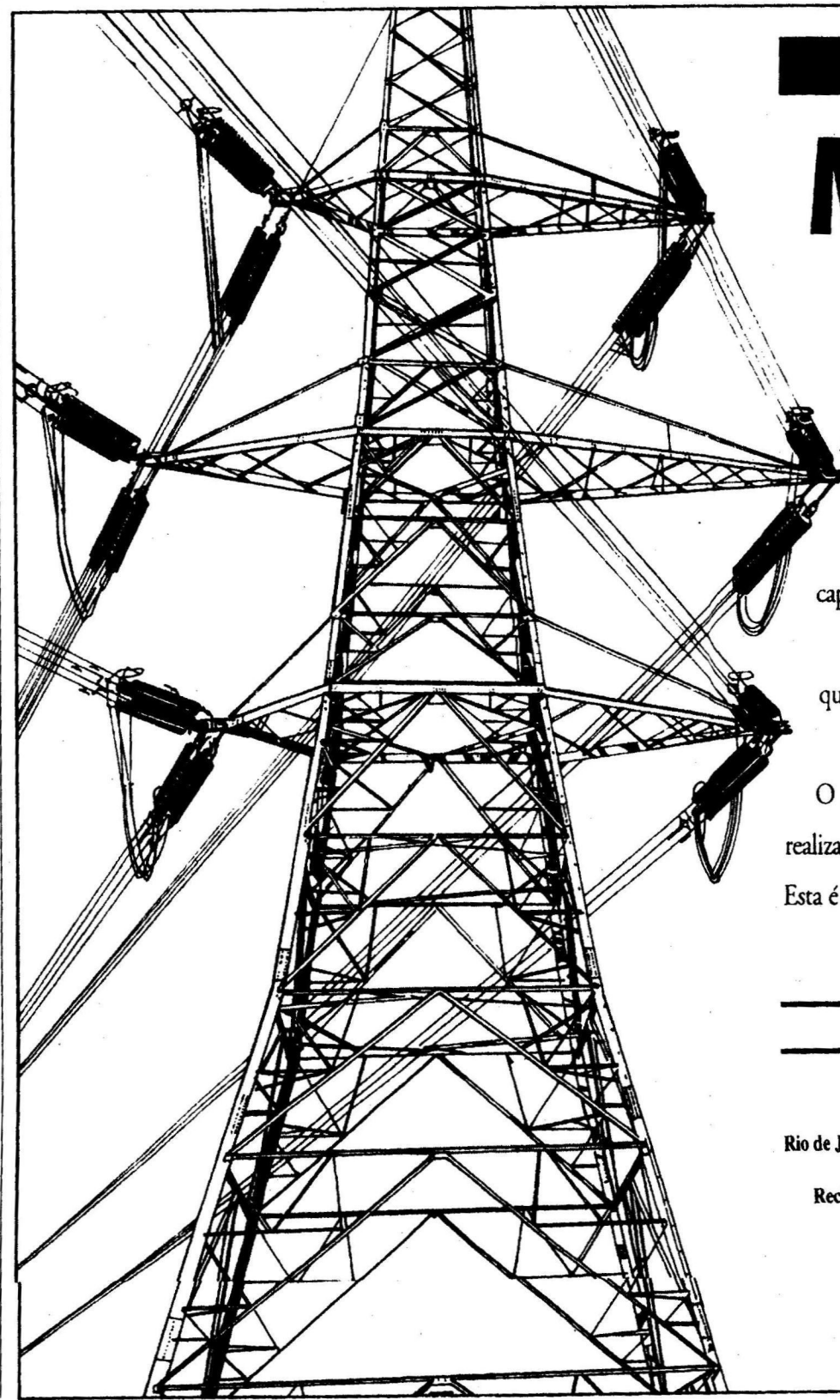
Os outros blocos importantes de dívida do estado são dívidas mobiliária e contratual que hoje já atingem R\$ 55 bilhões. Somadas as dívidas de precatórios e os atrasados junto a empreiteiras, o valor sobe a R\$ 68 bilhões, ou o equivalente à receita corrente do estado de três anos.

Por conta dessa espiral de dívi-

da, que vem crescendo com a capitalização de juros, o governo paulista não está mais podendo contrair novos créditos. No ano passado, as operações de crédito, de R\$ 2,72 bilhões, foram exclusivamente para rolagem da dívida mobiliária. O estado desembolsou R\$ 3,6 bilhões para pagamento de serviço da dívida mas não conseguiu conter a expansão da dívida mobiliária e contratual, que no ano passado cresceu R\$ 16 bilhões.

Nessas condições, o governo descarta iniciar novas obras neste ano. Se conseguir arrumar espaço no orçamento, vai tentar concluir algumas das 2,3 mil obras inacabadas, entre as quais usinas hidrelétricas, hospitais e escolas.

(F.A. e V.B.)



ANUNCIE NO RELATÓRIO

MODERNIZAÇÃO DO SETOR ELÉTRICO

As mais recentes análises oficiais indicam que o Brasil deverá investir US\$ 6 bilhões por ano para garantir o abastecimento de energia elétrica necessário ao desenvolvimento de suas indústrias, comércio e serviços. O tema perpassa a modernização de todo o setor, desde a capacidade de geração, transmissão e distribuição, até a atualização de processos administrativos e gerenciais, notadamente com foco na privatização. São exatamente essas questões candentes que serão enfocadas pelo RELATÓRIO MODERNIZAÇÃO DO SETOR ELÉTRICO, que a

Gazeta Mercantil publicará em sua edição de 7 de junho.

O relatório ouvirá renomados especialistas e cobrirá o seminário **Reforma do Setor Elétrico**, a ser realizado em Foz do Iguaçu (PR), dias 30 e 31 de maio, com a presença de técnicos do Banco Mundial. Esta é uma oportunidade exclusiva para quem deseja expor sua imagem ou mensagem, e influir sobre os líderes formadores de opinião e os centros decisórios do País.

FECHAMENTO: 31 MAIO MATERIAL: 3 JUNHO CIRCULAÇÃO: 7 JUNHO

ATENDIMENTO COMERCIAL:

São Paulo - Antônio Carlos Baumann - (011) 547-3721 Campinas - Ronaldo Leite - (019) 234-0472
Rio de Janeiro - Marta Masset - (021) 515-2533 Porto Alegre - Luiz Alberto de Almeida - (051) 231-4677 Curitiba - Luiz Carlos de Carvalho - (041) 342-5667 Florianópolis - Roberto Portugal - (048) 224-6555 Salvador - Carlos Chetto - (071) 341-3250
Recife - Rosângela O. Lima - (081) 224-4087 Fortaleza - Paulo Barreto - (085) 261-8840 Brasília - Elizabeth Araújo - (061) 314-1609
Belo Horizonte - Maria José Souza - (031) 281-2000 Buenos Aires - Elisabete Junqueira - (00541) 374-0300

GAZETA MERCANTIL

O mais influente